"Ninguém, senão minha consciência, me intimida"

Eis os principais momentos da entrevista coletiva do presidente:

– É importante ressaltar essa ideia do período nesse período.

– Eu gostaria, antes mesmo de começarmos a nossa entrevista – que os senhores e senhoras me façam perguntas – como foi dito outras vezes, de ser uma breve exposição a respeito do quadro mais geral, dentro do qual nós estamos trabalhando por essas reformas constitucionais.

Em primeiro lugar, é preciso ainda a economia do Brasil nessa altura do ano, depois de seis meses de 95, dentro do meu governo?

A inflação, pelo que nós vamos ver daqui no quadro, mostra uma evolução que é muito satisfatória do ponto de vista do seu controle. Isto só é inflação feita por trimestre. E vocês podem ver perfeitamente como houve uma queda brusca e como ela se manteve estacionariamente em baixa. O Índice de Preços ao Consumidor, que é o IPC, teve na semana de agosto, cuja data é 28, a 28.

Na verdade, se forem verificar os dados dos últimos meses desse período, a inflação acumulada foi de 12,5% em seis meses. Isto é a inflação mais baixa em seis meses desde 1973.

Quanto ao objetivo de estabilização, não há dúvida nenhuma que nós estamos funcionando de acordo com o previsto. Caímos de uma inflação potencial, acima de 5.000% no ano passado, para uma inflação acumulada de expectativas para o segundo semestre deste ano, de 2% ao mês, no abaixo de 2%. Nós não vamos ultrapassar os 2% neste ano. E uma queda consistente porque está se mantendo de uma maneira estável.

Isso teve efeitos, naturalmente, sobre a renda, sobretudo sobre a renda da população que recebe menos no Brasil. E isso é um dado importante. Pode-se verificar ai claramente quando se faz uma relação entre a renda física e o salário mínimo. Veja que em julho de 94 o salário mínimo comprava 65% da cesta básica. Vão verificar que agora, em maio de 95, a capacidade de compra aumentou consideravelmente.

Portanto, não só houve um aumento real do salário, como isso se expressa diretamente naquilo que é fundamental para quem recebe salário mínimo, que é a cesta básica.

Isto é importante notar. Nós, através desse plano de estabilização, nos preocupamos estamos cuidando do social no aspecto geral. Por que? Porque se aumentou vigorosamente a capacidade de compra das populações de mais baixa renda.

"A verdade é que o povo está comendo melhor"

Eu não quero cansá-los com dados, mas há dados importantíssimos que mostram que na verdade os itens de consumo popular continuam em expansão. Então houve uma distribuição no geral dos ganhos. Agora, quando nas categorias sociais possam ter, não digo o seu consumo, mas suas expectativas de consumo nas camadas mais altas estão se reduzindo, é que o povo está comendo melhor, está conseguindo se vestir um pouco melhor, o que tem um efeito muito positivo.

E mais ainda: essa estabilização e essa distribuição de renda – repito, a mais distribuição de renda possível – nesse já havida na história do Brasil e veio, também, acompanhada de um crescimento do Produto Interno Bruto, um crescimento muito interessante porque, para 95, a economia cresceu 8% no primeiro semestre, comparado com o primeiro semestre de 94.

Então houve crescimento da economia, houve melhoria da distribuição de renda e a inflação continuou baixa, exatamente como quando eu era ministro da Fazenda e nós dizíamos que aconteceria. Apesar dos insistentes observações daqueles que não acreditavam na estabilização, de que haveria recessão, de que haveria desemprego, de que haveria perda de capacidade aquisitiva do trabalhador. Ao oposto que aconteceu.

Bem, o fundamental, para nós dirigirmos o futuro, é ver a taxa de investimento. E ela continua crescendo, aí está. Eu devo dizer que esses dados não permitem verificar a taxa de crescimento em anos anteriores, onde se fez que não já chegamos a níveis bem melhores até do que os atuais. Mas a verdade – me refiro a décadas passadas – a verdade é que aí está claríssimo que nós retomamos os investimentos e que, portanto, nós temos uma perspectiva de futuro.

Nós estamos nos aproximando de novo – eu não enxergo bem daqui – a 18,5% do PIB. Nós vamos ver que o investimento público caiu drasticamente no Brasil, e o investimento estrangeiro também tinha caído. Então nós estamos recuperando, e é fundamental que essas reformas sociais que vamos levar adiante – dentro de um crescimento sustentado.

E nesse contexto que o governo está propondo e o governo está nas mãos. E eu queria falar um pouco sobre essas reformas. Primeiro a reforma tributária. Eu vou falar muito rapidamente, porque o Brasil já sabe qual é a situação atual, e nós podemos ver por aí que a carga tributária tem aumentado. Eu vejo pouco daqui, mas aí se vê também no gráfico sobre a parte da receita disponível que a União pode receita, em termos proporcionais. Esse é um fato indiscutível. Os dados vão ser distribuídos depois para vocês. Mas nós vamos ver perdendo, proporcionalmente, receitas.

O que é ainda dramático é que a parte da receita da União que é disponível diminui, e diminui muito. E nós fazemos, como vamos fazer, e o Congresso espero que será sensível a isso, um grande esforço de redução de competências fiscais, de competências tais, é claro que nós vamos ter que compensar os Estados, se algum Estado, por exemplo, tiver prejuízo com a eliminação do imposto de exportação.

Da mesma maneira, nós vamos ter impostos de importação, de tal maneira que a nossa indústria possa ter competitividade entre o produto importado e o produto que é produzido no Brasil. Os Estados vão ter um acesso a essa complementação, a essa compensação. Eles vão ter a possibilidade de utilizar o Imposto Territorial Rural também para compensá-los. E, com o fechamento das brechas que hoje existem no ICMS, nós vamos, naturalmente, conseguir que haja uma maior arrecadação.

Já está anunciado em todos os jornais que a maior reclamação desse novo tributo, que é um tributo que vai significar o seguinte. a extinção ou a assunção do IPI, Imposto de Produtos Industrializados, pelo ICMS. O ICMS incidirá sobre a mesma base tributária, com duas alíquotas: uma alíquota federal, outra alíquota estadual. As alíquotas serão iguais do modo como vão ser arrecadadas. A maioria federal se manterá e a estadual, também. E vão convergir, vão cooperar. Isso vai obrigar a um esforço de integração desses mecanismos. E, ao invés de mandar os postos para a outra, ao contrário, essas máquinas vão servir para, juntas, incidindo sobre a mesma base, aumentar a arrecadação, porque vai diminuir a sonegação.

Nós vamos manter a autonomia estadual para a administração desse imposto, mas vamos – e isso é importante – simplificar muito o sistema, na medida em que nós teremos, ao invés de 27 ICMS, vamos ter, no fim de 15 anos, uma alíquota federal, uma alíquota estadual. Os que entendem de sistema tributário sabem que isso vai apontar no progressivamente para no futuro, apenas sob forma de arrecadação de impostos e simplificar ainda mais a parte desta visão.

E a base desse novo imposto é idêntica à do ICMS. Inclui mercadorias, serviço de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal. As alíquotas serão uniformes em todo o território nacional e as estaduais serão fixadas pela maioria de 3/4 do Senado. E todas as importações serão tributadas e todas as exportações serão desoneradas do tributo.

Isso é matéria árida, técnica, diz respeito a como é que vai se aumentar a arrecadação, como é que se vai atuar de modo, e eu insisto nesse ponto, em que essas propostas constitucionais não afetam a distribuição proporcional nem nós queremos que dete, entre Estados, Municípios e União. Ela será neutra em seus efeitos e, se algum efeito negativo houver, haverá uma compensação para que se possa sanar essa dificuldade.

Mas nós não podemos pensar só nesses termos. Além das iniciativas que há na Câmara e algumas que são complementares a essas reformas em termos de ICMS, de vários deputados e que estão sendo coordenadas pela Subcomissão da Comissão de Finanças da Câmara, nós enviaremos, agora, em agosto uma nova legislação sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas.

E é preciso, sobretudo, buscar o item, que está ali: melhoria da competitividade do parque produtivo. Ou seja, eliminação de impostos que incidem sobre as exportações e sobre os bens de capital. E nós temos também que apoiar a expansão e a modernização da produção pecuária, dando um tratamento especial aos insumos para a agropecuária, em termos tributários.

E tudo isso requer também uma certa harmonização fiscal em todo o território brasileiro, de modo que as alíquotas dos novos impostos — e que já se vem falando por aí — sejam uniformes, por mercadoria ou serviço em todo o território nacional.

Existem algumas medidas que têm aplicação imediata e ai estão. Eliminação da incidência do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados; desoneração dos bens de capital — máquinas e equipamentos — e eu estou indispensável à modernização do nosso parque produtivo, aos investimentos; isenção de insumos utilizados na agropecuária; e redução do ICMS da cesta básica de alimentos.

Isto não é, de imediato, uma reforma constitucional, porque isso requer, naturalmente, uma negociação com os Estados. Mas, na medida em que nós fazemos, como vamos fazer, e o Congresso espero que será sensível a isso, um grande esforço de redução de competências fiscais, de competências tais, é claro que nós vamos ter que compensar os Estados, se algum Estado, por exemplo, tiver prejuízo com a eliminação do imposto de exportação.

Da mesma maneira, nós vamos ter impostos de importação, de tal maneira que a nossa indústria possa ter competitividade entre o produto importado e o produto que é produzido no Brasil. Os Estados vão ter um acesso a essa complementação, a essa compensação. Eles vão ter a possibilidade de utilizar o Imposto Territorial Rural também para compensá-los. E, com o fechamento das brechas que hoje existem no ICMS, nós vamos, naturalmente, conseguir que haja uma maior arrecadação.

Já está anunciado em todos os jornais que a maior reclamação desse novo tributo, que é um tributo que vai significar o seguinte. a extinção ou a assunção do IPI, Imposto de Produtos Industrializados, pelo ICMS. O ICMS incidirá sobre a mesma base tributária, com duas alíquotas: uma alíquota federal, outra alíquota estadual. As alíquotas serão iguais do modo como vão ser arrecadadas. A maioria federal se manterá e a estadual, também. E vão convergir, vão cooperar. Isso vai obrigar a um esforço de integração desses mecanismos. E, ao invés de mandar os postos para a outra, ao contrário, essas máquinas vão servir para, juntas, incidindo sobre a mesma base, aumentar a arrecadação, porque vai diminuir a sonegação.

Nós vamos manter a autonomia estadual para a administração desse imposto, mas vamos – e isso é importante – simplificar muito o sistema, na medida em que nós teremos, ao invés de 27 ICMS, vamos ter, no fim de 15 anos, uma alíquota federal, uma alíquota estadual. Os que entendem de sistema tributário sabem que isso vai apontar no progressivamente para no futuro, apenas sob forma de arrecadação de impostos e simplificar ainda mais a parte desta visão.

E a base desse novo imposto é idêntica à do ICMS. Inclui mercadorias, serviço de comunicação e de transporte interestadual e intermunicipal. As alíquotas serão uniformes em todo o território nacional e as estaduais serão fixadas pela maioria de 3/4 do Senado. E todas as importações serão tributadas e todas as exportações serão desoneradas do tributo.

Isso é matéria árida, técnica, diz respeito a como é que vai se aumentar a arrecadação, como é que se vai atuar de modo, e eu insisto nesse ponto, em que essas propostas constitucionais não afetam a distribuição proporcional nem nós queremos que dete, entre Estados, Municípios e União. Ela será neutra em seus efeitos e, se algum efeito negativo houver, haverá uma compensação para que se possa sanar essa dificuldade.

Mas nós não podemos pensar só nesses termos. Além das iniciativas que há na Câmara e algumas que são complementares a essas reformas em termos de ICMS, de vários deputados e que estão sendo coordenadas pela Subcomissão da Comissão de Finanças da Câmara, nós enviaremos, agora, em agosto uma nova legislação sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas.

Eu insisto em que mensalmente os governos enviavam seus projetos em dezembro, não dando tempo a uma reflexão maior. Era todo ventoso que de caixa e não havia o propósito senão o de cobrir deficiências das receitas do governo.

Dessa vez não. Dessa vez, nós partimos do seguinte: o sistema atual é complexo, ele é, às vezes, até mesmo confuso, requer muitos registros, uma burocracia pesada nas empresas e acontece, como conseqüência de tudo isso, na verdade, que embora as alíquotas tenham aumentado, a verdade é que a arrecadação acabou arrecadando através de impostos de renda das pessoas jurídicas caiu.

Nos anos 70, era 1,66% do PIB; nos 80, 1,38%; e nos 90, 1,27%. Ou seja, nós estamos fazendo um sistema complexo do qual resulta, na verdade, não um aumento da arrecadação. Aumentamos a alíquota e não aumenta a arrecadação. Então o governo resolveu enfrentar esta questão.

Dos 4 milhões de empresas registradas, apenas 750 mil recolhem Imposto de Renda. Das 750 mil, 750 mil recolhem Imposto de Renda. E como o imposto vem caindo, daí esses dados que, de vez em quando, desaparecem do noticiário. Nós sabemos que hoje chega a mais do que R$ 600, algo assim, menos de R$ 700.

Não quer dizer que as empresas grandes pagam R$ 700 por mês, claro. É que as empresas, no seu conjunto, a maioria desses quatro milhões não paga. Então as que pagam, pagam bastante. Mas, na média, da ainda: acabou muito baixo por capita.

E apenas quinhentas empresas respondem por 50% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Nós vamos simplificar de uma maneira muito forte esse mecanismo.

"O fundamental é ver que a taxa de investimento continua crescendo"

O nosso objetivo é que a alíquota máxima, que hoje é de 43%, não seja superior a 30%. Eu me refiro a alíquota única. Nosso objetivo é esse. Mas para chegarmos a isso estamos tomando várias medidas. Em primeiro, nós também, além disso, nós queremos dar a igualdade de tratamento tratamento dado ao capital de empréstimo. Ou seja, permitir a dedução de juros e dividendos dos resultados da empresa, mesmo como outras deduções dos juros. Isso é muito importante.

Nós estamos sainde de um capitalismo especulativo. Por isso não havia senão vantagens à especulação, para uma outra forma de organização da economia, em que o setor produtivo possa ser remunerado pelo capital de risco. Não há por que deduzir gastos se paga juros e quem não paga juros não ter a mesma vantagem do que aquele que paga.

Também vamos procurar buscar uma neutralidade no que diz respeito ao capital estrangeiro e ao capital nacional. Nós queremos que, de fato, nós vamos ter que ajustar todo o sistema fiscal à estabilização da economia.

E preciso, para isso, chegar à estação da consolidação das contas fiscais. Isso é um ponto importante.

Eu cansei de ouvir discursos dizendo que nós estávamos desindexando os salários e não o capital. Não é verdade. Nós estamos desindexando tudo. E, por isso, temos insistido tanto que é importante que o Congresso preste atenção quando for votar a MP relativa aos salários.

Nós estamos acabando com a inflação — mostrei os dados. Nós temos o horizonte de investimento — mostrei os dados. Nós temos condições de expansão de crescimento econômico. Estamos num momento, portanto, de levar a economia do País a uma indexação global. Nós já começamos a modificar nas taxas de juro, nos fundos que foram criados pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, para dar tratamento diverso ao curto prazo, ao médio prazo e ao longo prazo no que diz respeito à remuneração. Nós estamos acabando com a valorização diária; que existia, dos ativos financeiros. É muito importante que, agora, se estenda esse mesmo procedimento à questão fiscal, porque senão nós vamos dar uma vantagem imensa, realmente, através da dedução via chamado correção monetária no capital, em detrimento do objetivo, que é o de assegurar a desindexação e a estabilização da economia.

Se nós conseguimos isso — estamos analisando juridicamente a questão —, aí sim, nós podemos, como disse, reduzir muito fortemente as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. E também vamos, naturalmente, ao mesmo tempo, reduzir a desindexação, ou mesmo eliminar, de certas despesas, que são beneficio para os escalões mais altos dos executivos das empresas — viagens, hospedagens, representação – porque não isso acaba sendo uma maneira de evasão do Imposto de Renda.

Ou seja, o governo está dando o mesmo tratamento igualitário que está dando à parte fiscal e à parte de gastos de capital de juros, e a parte estável à questão dos salários. Nós estamos preparando o País para uma economia estável e não inflacionária.

Isso é fundamental. Eu tenho certeza que o Congresso, ao receber essa proposta, vai melhorá-la, vai perceber a importância de tudo o que está acontecendo no Brasil, as reformas que já estão em marcha, e nós todos temos que ter consciência de que não é um ato de governo, não é uma medida que vai para o Congresso apenas. É um processo que está em marcha e, no fim, de alguns meses ou talvez até mais de um ano, e nós estamos preparando o Brasil para esse processo de estabilização, de crescimento sustentado, para que nós possamos realmente avançar mais.

Dito isso sobre a reforma tributária, eu tambem queria chamar a seguinte preocupa enormemente, e sobretudo aos governadores e prefeitos, a reforma administrativa. Por que? Porque não há reforma tributária capaz de gerar recursos se não se fizer isso. Os gastos crescentes com pessoal, sobretudo inativo.

Um dos governadores que se reuniram conosco, ontem, aqui, falava que a folha de salários de seu Estado cresce vegetativamente 3% ao mês. Anualizado, e um sobre o outro, de 45% ao ano. Isso é um vício que recebe recebe de 45% adicionais ao ano. E invisível marcha-se se para uma crise fiscal.

Eu não foi um só governador que disse isso. Quase todos disseram isso. Disseram mesmo que é mais importante a reforma administrativa do que a reforma tributária. A reforma tributária, como disse aqui, é um começo. Mas não é um começo complacente, não é um começo que não tem efeito, não é um começo ilusório. É um começo que abre portas efetivas para a mudança e mentalidade no que diz respeito ao sistema fiscal brasileiro.

Faremos também alguns de redução de dispêndio, mas são técnicas essas propostas e eu não quero discutir-las agora, aqui. Questões de orçamento e etc. Mas na questão de pessoal, do governo federal, nós vamos reduzir muito muito, porque eles não têm como fazer face ao crescimento da folha.

E mais ainda: houve um governo, dor que me disse que ele tem um funcionário que ganha R$ 4 mil e que, ao se aposentar, vai passar a receber R$ 70 mil.

Muito bem. Nós vamos ter que enfrentar essa questão na reforma administrativa e na reforma previdenciária.

Na reforma previdenciária, como eu já disse aqui, o gasto de pessoal corresponde, na União, a 1/3 dos gastos. Existe uma limitação dada hoje, sem ter mudança na Constituição que pôe um topo no que é possível constitucionalmente gastar com pessoal. Muitos Estados ultrapassam esse topo. Não têm como realizar o imperativo constitucional se não não adequarmos a legislação a essas exigências constitucionais.

Nós temos situações em que não só muito mais do que 1/3 do que se gasta com pessoal. É muito mais. Em muitos Estados, chega a 70%, 80%, se aproximando, em alguns casos, de 100%. Nós temos, em muitos casos, uma pessoa na atividade para uma na inatividade. Este é um limite que já está chegando ao esgotamento das possibilidades do Estado brasileiro, nos seus três níveis.

Daqui a pouco, vamos ter para cada dois funcionários na atividade um em inatividade. A União gasta, esse ano, cerca de R$ 37 bilhões, ou seja, US$ 40 bilhões, com pessoal. Entre funcionários ativos e inativos da administração direta, nós devemos ter 1,1 milhão de pessoas. Metade, 570 mil, mais ou menos, funcionários em atividade. Não é tanta gente, mas na inatividade, pelas regras brasileiras, o funcionário ganha, em média, mais do que quando está em atividade.

Nós próximos cinco anos têm possibilidade de se aposentar cerca de 35 a 40% dos funcionários da União. Aí, nós vamos estar numa situação de insolvabilidade. Cabe ao governo da República, responsavelmente, propor medidas para fazer frente a isso. Os governadores nos pediram e nós vamos enviá-las.

Eu direi apenas, de passagem, algumas dessas medidas. Mas a situação é de injustiça social, porque os aposentados — e é claro que num país de pobreza como Brasil o Estado nunca deverá se desobrigar de uma base de sustentação da aposentadoria – mas a complementação, ao invés de ser feita via Tesouro, privilegiando alguns, sem que ninguém saiba, vier a ser feita pela contribuição do cidadão, nós, em fundos de pensão.

Nesse momento nós dispomos de – eu vou dizer um número forte, os Ministros não vão tremer – centenas de bilhões de reais. Porque nós temos, com a capitalização existente, cerca de 30 ou 40 bilhões (...) estatais. Se regularizarmos isso, teremos centenas de bilhões de reais, que assegurarão o quê? O crescimento da economia brasileira, de forma permanente, contínua sustentada.

Esses são os objetivos da reforma. Nós não estamos reformando por amor a mudar as coisas. Nós não somos comunistas, não queremos que ninguém mude tudo a Constituição. Nós vamos respeitar no máximo os direitos. Nós vamos respeitar no máximo os direitos. Mas, na verdade, o que nós vamos fazer é o seguinte: nós vamos pagar para que os donos do bonus fiquem com o bônus. Nós vamos pagar para que a uma solução em que os novos proprietários levem a custo zero o banco. Nós vamos criar condições, se possível, para o banco funcionar. Nós já há recursos envolvidos, nós temos que calcular, no médio prazo, como é que esses recursos voltam.

Infelizmente, no Brasil está havendo politização. Ninguém quer que não deveriam ser politizadas, porque não direm respeito a disputas nem regionais, nem pessoais, nem deveriam ser objeto de uma disputa entre vocês – como vou dizer – de desconfiança generalizada. Poderia ser matéria de análise objetiva. Como é que se pode tirar um banco do Nordeste, como é que se pode perder menos.

Que o banco ficou numa situação muito difícil, ficou. E é curioso que o banco seja produtivo. Está funcionando. E como é que esse banco chegou a esse estado? Quem são os responsáveis por isso, que não são nem eu, nem o Senador Antonio Carlos e nem o Bando Central.

Eumano Silva (Revista Isto É): Desde que o sr. tomou posse várias medidas foram tomadas para reduzir o ritmo do crescimento econômico. O remédio foi bastante amargo, provocou a quebradeira de algumas empresas, grandes empresas atacadistas e ad houve algum estrago no sistema bancário.

Algumas medidas, depois disso, foram tomadas para amenizar, mas o quadro continua.

A pergunta é: O que que ainda falta para que o Brasil retome as taxas de crescimento do início do ano?

Presidente: Não, as taxas de crescimento do início do ano são insustentáveis. Nós queremos um crescimento sustentado, porque elas apontavam para um crescimento de 12 a 15% ao ano. Com 12 a 15%, se fizeram a uma importação enorme, o que vai provocar crise cambial e saverá escassez de oferta, o que vai, por vezes, ao desvanecimento do ciclo. Não é uma nossa política. A nossa política não é de fazer a conta que nós já podemos crescer a 10. Ninguém está dando a ninguém. A nossa política é dizer ao país com clareza: se nós conseguirmos crescer, durante um período dado, a 5, 6%, e nós mantivermos a estabilidade, ou seja, a inflação sob controle, se nós estivermos refazendo os mecanismos de investimento, aí sim, o Brasil passa a ser um país que deu o salto. O salto não se dá com pirotecnia. Então, o governo evitou que houvesse o que outros governos não fizeram, que por amor a que fosse possível dar a impressão que dá para crescer, pisou no acelerador. Não vou dar exemplos históricos, nem me refiro a história da década de 80, só não.

"Eu tenho certeza que o Congresso vai melhorar essa proposta"

Nós não fizemos isso porque nós somos responsáveis. Nós preferimos arcar com o ônus de responder a perguntas como esses, que são corretas, do que simplesmente enganar o país e dizer: "Eu posso crescer tudo, está resolvido." Nós nunca dissemos isso. Nós sempre dissemos que a estabilização é um processo, é um esforço. O governo está fazendo o que tem que ser feito.

Agora, a taxa de crescimento continua muito forte. Não se iludam. A taxa de crescimento continua muito forte. Há alguns problemas setoriais e claro que os que são afetados não querem saber da média; querem saber do que toca a eles próprios. Eu não entendo isso.

E o governo também tem até que tomar atenção a situações particulares, de segmentos específicos, mas não pode perder de vista o horizonte. O horizonte está dado por esses números aí.

Eu vejo com freqüência, análises baseadas num fato isolado. Uma grande empresa foi à falência ou foi à concordata. Ela vinha vindo, provavelmente, há 10 anos. Quando vem um processo de estabilização, tude aquilo que a inflação encobria, que você vai enrolando, levando para adiante, empurrando com a barriga, não pode mais.

Então a estabilização provoca esse tipo de desajuste. Mas quem ganha? Quem ganha é o povo. Porque, antes, quem estava pagando a conta desse desajuste, de não serem cobrados era o povo via inflação. Agora o povo continua comendo um pouco melhor, embora tenha havido um prejuízo para a, b ou c. E o nosso governo não está fazendo um programa para beneficiar os que já foram beneficiados a vida toda. É um programa para beneficiar a maioria do Brasil que é silenciosa, nem protesta. Agora, vai mexer com o interesse organizado. Um banco que tem um problema, o Brasil treme. Não sei se o Brasil treme. A imprensa põe manchetes. O povo mesmo, não. É uma coisa menor no conjunto do país.

Agora, aqueles que estão sendo realmente os objetos da nossa preocupação, que é a maioria da população, eles não têm nem canais para chegar a vocês para dizer se estão comendo melhor ou comendo pior. Qualquer medida que afete ao interesse organizado, esse interesse se manifesta e dá a impressão de que é geral. Não é geral.

Então, eu acho que não é só uma questão de Banco Central independente. É uma questão de todo o sistema financeiro pensar de uma maneira mais condizente com o momento atual. Nós vamos trabalhar em propostas, sofreudo nesse sentido dos seguros, e estamos abertos a ver que tipo de independência se vai propor. Nós não há muitas experiências. Há muitas formas diversas e eu devo dizer que o sistema nosso, aqui, embora não haja uma independência na lei, desde, pelo menos, o tempo do Presidente Itamar até hoje, o Banco Central tem atuado com toda a independência. E o governo não tem tomado nenhuma medida que contrarie a base técnica do Banco Central.

"Agora, precisamos agir muito fortemente na área social"

Eu acho que é fundamental assegurar a estabilidade do poder aquisitivo da moeda nacional. E o Banco Central tem que ser posto nesta perspectiva: como é que ele contribui para assegurar o poder de compra.

José Maria Trindade (Rádio Jovem Pan): Senhor Presidente, esse caso do Banco Econômico acabou repercutindo politicamente no governo e no Congresso. Gostaria de saber se o Senhor mantém a sua palavra de não investir dinheiro do Tesouro no Banco Econômico e se o Senhor tem, não mais o apoio, mas o apoio do Ministro Carlos Magalhães te intimida?

Presidente: Olha, essa pergunta não tem sentido. Nós temos que olhar as questões de forma serena, de forma objetiva e, não é de se falano ou de beltrano... Quem é que pode intimidar o Presidente da República, se ele está amparado na sua consciência? Quem é que vai intimidar a consciência do que faz e se ele tem clareza de propósito? Ninguém, a não ser a própria consciência do Presidente. E é em função dessa consciência que eu ajo.

Agora, é preciso, também, que a sociedade, no seu conjunto, perceba que os ônus já mudaram, que quando se esta num processo de discussão, de negociação, esse processo não há de ser encoddido disso ou daquilo. Não, não. As coisas são muito claras, muito fúcsas de serem explicadas.

E, no caso do Banco Econômico, eu acho que estamos agora passando a fazer impestade em copo d'água, porque nós vamos ter que gastar, e gastamos de quem deve estar: discussão entre os interessados e o Banco Central. E a preocupação é saber: dá para salvaguardar o interesse dos depositantes? Dá para fazer isso em que funcione o Banco, porque é um interesse regional da Bahia, e legítimo, repeto. E recursos do Banco Central nunca estiveram em conjuntura. Não é só que ele já tem a, b e c. Não. Cada conjuntura é uma conjuntura específica. Um caso diz respeito ao funcionário. E ter algum mecanismo, que preserve a sobrevida de um grande funcionário, de ter algum mecanismo, que preserve a sobrevida de um grande funcionário, que sejam capitalizados. Por que? Para que nós possamos aumentar a taxa de investimento, como foi mostrado aqui, e nós precisamos aumentá-la. Nós precisamos de recursos próprios. Não vai bastar o recurso que vem de fora, com o investimento estrangeiro, que está crescendo bastante. Nós vamos precisar de recursos próprios.

Quando está havendo agora a privatização, eu me recordo de que se criticavam: "Ah, vão desnacionalizar a indústria brasileira". Não houve um só caso de "desnacionalização". Até lamentamos que não haja vinda de mais capital estrangeiro, espero que venha. Mas o que aconteceu foi que os fundos de pensão das estatais,

(Continua na página A-9)

(Continuação da página A-8)

juntamente com a privatização, permitiram a privatização. Imaginem os senhores se nós tivermos mecanismos para que o conjunto da população, na complementação de suas aposentadorias – e é claro que num país de pobreza como Brasil o Estado nunca deverá se desobrigar de uma base de sustentação da aposentadoria – mas a complementação, ao invés de ser feita via Tesouro, privilegiando alguns, sem que ninguém saiba, vier a ser feita pela contribuição do cidadão, em fundos de pensão.

Como fazer isso? Eu quero repetir com toda tranqüilidade: não tenho a visão, nem o governo tem, no que diz respeito à União, de que nós tenhamos um funcionalismo excessivo. Não. Há até falta de pessoal em muitos setores. Há inchaço noutros setores. Eu não tenho a opinião de que esse funcionalismo não precise de capitalizar, que não precise de mais salários, porque o que é mais dramático é que o dispêndio é enorme e o salário de cada um não é tão grande. E, em mais essa questão, eu vou levar adiante, com a abertura que o Governo democrático deve ter sempre. A sociedade e o Congresso são partes constituintes de um processo de mudança. O Executivo não presume ter toda a verdade encerrada nos seus atos. Está aberto à discussão, nacional. Está aberto à negociação, pública. Mas não está, de forma nenhuma, cruzando os braços, nem vai cruzar os braços. Nós vamos continuar mudando o Brasil. Vamos continuar mudando o Brasil dos a quem doer. As incompreensões podem existir, as más apreensões dos momentos podem acontecer, mas o Governo não muda o rumo.

O rumo foi dado. Eu mostrei nos quadros. Nós sabemos o que estamos fazendo. A sociedade está nos dando sim. E nós vamos continuar assim. A Previdência vai ter que ser modificada. Porque ela é injusta. Há uma proporção muito pequena dos que controlam mais a metade do que a maioria. Isso é injusto. Há uma proporção muito pequena dos que controlam mais a metade do que a maioria, sem comparação com uma massa imensa de trabalhadores, que não têm uma aposentadoria digna. E nós não podemos deixar de prestar atenção a isso.

Conseguimos afastar o fantasma de uma crise cambial"

Do mesmo modo que na questão da aposentadoria do serviço público, sobretudo em alguns municípios, eles não têm sequer as caixas de compensação, para capitalizar e para imaginarem poder pagar a aposentadoria. Tudo isso vai acabar no Tesouro. Não é justo. Não é justo que toda a sociedade trabalhe de sete horas por dia para que, no Nacional. O PFL foi fundamental nesse processo no primeiro semestre. Eu gostaria de saber se, com a crise do Econômico, a atuação do partido do PFL baiano de ir para a oposição, primeiro eu gostaria de saber se o sr. considera essa oposição, a possibilidade de essa oposição ter contribuído, para todos, que vão perder os Estados exportadores. O Senhor já falou um pouco sobre isso, mas o Senhor poderia dizer se isso contribuiu para o Congresso na semana passada, e que fosse hoje?

Presidente: Não, não. Não é isso que está impedindo, não. Nada impede que eu vá hoje, a não ser por uma questão, digamos, de datilografia, coisas desta natureza. A questão relativa à forma de compensação é a seguinte: 10% do IPI, nós estamos acordando que isso poderá gerar 1,3, 1,4 bilhão de reais e, por outro lado, nós estamos considerando que nós vamos também passar o Imposto Territorial Rural para os Estados. Por outro lado, nós acreditamos que o aperfeiçoamento do recebimento do ICMS, através dessa conjugação de esforços entre a União e os Estados, também aumentará a receita desses Estados.

Então, nós temos as alternativas de compensação não há... Aqui, o que há é o empenho total do Presidente e do governo, no sentido de que haverá a compensação. E, agora, é uma questão de cálculo e de vontade política para se ter essa compensação. Mas o princípio está mantido e os governadores estão informados disso.

E sempre fiz, antes de ver o texto, fazer críticas. Depois é que se vê. E, sobretudo, a disposição do governo. Isto aqui não é um governo que diz uma coisa e faz outra. Não. Nós fazemos o que dizemos que vamos fazer. Podemos errar. Corrigimos quando há erro, porque nós estamos numa democracia. Mas nós não estamos aqui para enganar Estados. Ao contrário, é fundamental para a saúde da União, das finanças da União, que haja saúde das finanças dos Estados, porque, senão, não adianta. A crise fiscal não é da União. É do Estado brasileiro.

Devo dizer que os Estados estão fazendo esforços nesse sentido. Devo também dizer que as empresas estaduais no primeiro semestre geraram um superávit. Nós estamos com as contas públicas sob controle, há três ou quatro anos já. E, para isso, é preciso que os Estados tenham recursos. Nós não temos uma visão "União contra os Estados". Não, não. E Estados, União e Municípios, juntos, a favor do Brasil.

Adriana Vasconcellos (O Globo): Bom dia, Presidente. Embora o Senhor já tenha garantido que o Tesouro não vai entrar com nenhum tostão para tentar salvar o Banco Econômico, o Presidente do PFL, ontem, disse que esse prejuízo tem que ser repartido entre o Tesouro e os bancos privados. O Ministro Malan está em negociação com os bancos privados desde sexta-feira e o Presidente do Banco Real adiantou, ontem, que os bancos privados estão dispostos a honrar os pagamentos dos correntistas, dando um empréstimo ao Tesouro. Dessa forma, o Tesouro, mais uma vez, seria envolvido nessa negociação. O Senhor concorda com essa proposta? E uma outra questão: por que o Ministro Malan é que está à frente das negociações e não o Presidente do Banco Central?

Presidente: Veja, não existe nenhuma hipótese de empréstimo ao Tesouro. Em primeiro lugar, isso não é matéria para o Presidente da República. Isso é matéria para o Ministro Malan, que é o Chefe do Banco Central e do Presidente do Banco Central. São eles que estão discutindo. Em terceiro lugar, cabe ao Presidente do PFL, o Dr. Jorge Bornhausen, disse — ele é uma pessoa bastante objetiva quando fala e muito construtivo — foi uma outra coisa que eu disse aqui há pouco — o Banco Central tem recursos envolvidos.

Trata-se de verificar qual é a melhor maneira para restabelecer condições de o Banco Central reaver os recursos envolvidos, se possível, de o banco funcionar e de "garantir os depositantes", embora não haja seguro, nem obrigação legal por parte do governo.

Nós não estamos aqui num bracço-ferro. Aqui, não há disputa nem de personalidade, como a todo instante vejo a tentarem fazer disputa de personalidades. Não está isso em jogo. Para quem é Presidente da República ou Ministro desse governo, a nossa responsabilidade é pública, é muito maior do que isso. Nós estamos pensando no que é melhor para o Brasil e para o Banco Central.

De modo que, eu posso lhe dia: "Não nós vamos botar dinheiro" é o seguinte: não nós vamos pagar para que os donos do banco fiquem com o banco. Nós vamos pagar para que a uma solução em que os novos proprietários levem a custo zero o banco. Nós vamos criar condições, se possível, para o banco funcionar. Nós já há recursos envolvidos, nós temos que calcular, no médio prazo, como é que esses recursos voltam.

Infelizmente, no Brasil está havendo politização. Ninguém quer que não deveriam ser politizadas, porque não direm respeito a disputas nem regionais, nem pessoais, nem deveriam ser objeto de uma desconfiança – como vou dizer – de desconfiança generalizada. Poderia ser matéria de análise objetiva. Como é que se pode tirar um banco do Nordeste, como é que se pode perder menos.

Que o banco ficou numa situação muito difícil, ficou. E é curioso que o banco seja produtivo. Está funcionando. E como é que esse banco chegou a esse estado? Quem são os responsáveis por isso, que não são nem eu, nem o Senador Antonio Carlos e nem o Bando Central.

Eumano Silva (Revista Isto É): Desde que o sr. tomou posse várias medidas foram tomadas para reduzir o ritmo do crescimento econômico. O remédio foi bastante amargo, provocou a quebradeira de algumas empresas, grandes empresas atacadistas e ad houve algum estrago no sistema bancário.

Algumas medidas, depois disso, foram tomadas para amenizar, mas o quadro continua.

A pergunta é: O que que ainda falta para que o Brasil retome as taxas de crescimento do início do ano?

Presidente: Não, as taxas de crescimento do início do ano são insustentáveis. Nós queremos um crescimento sustentado, porque elas apontavam para um crescimento de 12 a 15% ao ano. Com 12 a 15%, se fizeram a uma importação enorme, o que vai provocar crise cambial e saverá escassez de oferta, o que vai, por vezes, ao desvanecimento do ciclo. Não é uma nossa política. A nossa política não é de fazer a conta que nós já podemos crescer a 10. Ninguém está dando a ninguém. A nossa política é dizer ao país com clareza: se nós conseguirmos crescer, durante um período dado, a 5, 6%, e nós mantivermos a estabilidade, ou seja, a inflação sob controle, se nós estivermos refazendo os mecanismos de investimento, aí sim, o Brasil passa a ser um país que deu o salto. O salto não se dá com pirotecnia. Então, o governo evitou que houvesse o que outros governos não fizeram, que por amor a que fosse possível dar a impressão que dá para crescer, pisou no acelerador. Não vou dar exemplos históricos, nem me refiro a história da década de 80, só não.

"Eu acho difícil governar um país que quer melhorar"

Com relação à reforma tributária, só agora, ela começa a ser reconhecida. Só agora ela irá para o Congresso não só no aspecto direto de mudanças constitucionais mas também nas modificações que alguns deputados estão propondo e também modificações na lei de imposto de renda e do ICMS, verificar que é uma reforma que